



Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas

Recebido em 17/05/2012 às 17h43

Valéria / Mat. 46957

MPV 568

00134

CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	Proposição Medida Provisória nº 568/12			
Autor Deputado MARCOS MONTES PSD/MG	Nº do prontuário 257			
<input type="checkbox"/> Supressiva <input type="checkbox"/> Substitutiva <input type="checkbox"/> Modificativa <input type="checkbox"/> Aditiva <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se as alterações referentes às regras de remuneração do **vencimento básico dos cargos de médicos do serviço público**, dispostas nos **artigos 42, 43, 44, 45, 46 e 47 da MP**.

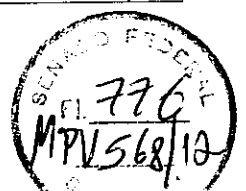
JUSTIFICAÇÃO

As modificações apresentadas na remuneração dos **médicos** traz uma série de alterações prejudiciais que acabam por reduzir os salários da classe, interferindo nos vencimentos básicos e desfigurando a jornada de trabalho daqueles que integram o executivo.

A **Lei 9.436/97**, em seu artigo 1º, define **carga horária especial de 20 horas semanais para os médicos do serviço público**. Assim, o médico obteve o direito de optar entre 20h/semanais, assegurada sua remuneração, e 40h/semanais, escolha que lhes garantia vencimentos diferenciados.

A MP em tela apresenta duas novas tabelas de remuneração, baseadas na carga horária elegida, que acabam por reduzir severamente os vencimentos da categoria médica. Com os reajustes, os médicos que têm hoje uma jornada de 20h/semanais no serviço público, teriam que cumprir 40h/semanais para receberem a remuneração que fazem jus. Dessa forma, conclui-se pela redução de 50% na remuneração.

Como a redução de proventos é inconstitucional, o Governo propôs o ressarcimento dessa diferença, via VPNI (Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada) no valor dos outros 50%, para os servidores ativos, aposentados e os pensionistas que



sofrerem a diminuição remuneratória. Contudo, a VPNI será gradativamente absorvida sempre que houver promoção ou progressão, de forma que a remuneração permanecerá, de fato, inalterada, não podendo se falar em um "real" reajuste.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado MARCOS MONTES PSD/MG	MG	PSD

DATA	ASSINATURA
16/05/12	

